



A Concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda: Interposição Teórico- Metodológica entre Max Weber e a Escola dos *Annales*

Fábio Alexandre da Silva¹

Aparecida Favoreto²

Resumo: Este texto tem como objetivo retomar a concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda, procurando compreender como o autor interpretava o processo de desenvolvimento histórico. Para tanto, além de obras buarqueanas, recorreu-se a autores que se debruçaram sobre a vida e obra do historiador paulista, destacando-se Candido (1995), Dias (1998), Mello (1995), Vainfas (1998), Blaj (1998) e Costa (2007), os quais deram substrato teórico para o processo de análise. Em linhas gerais, o artigo está estruturado em dois momentos, sendo debatido, inicialmente, o conceito de História e suas vicissitudes teóricas e, na sequência, analisa-se a concepção de História do autor em relação ao seu contexto. Na análise, observou-se uma variação teórico-metodológica importante no pensamento e obra de Sérgio Buarque de Holanda, que se fundamenta tanto na perspectiva de transformação histórico-social de Max Weber como também se apoia no método expositivo e interdisciplinar da Escola dos *Annales*.

Palavras-Chave: Concepção de História, Sérgio Buarque de Holanda, Historiografia.

The Sérgio Buarque de Holanda's History Conception: Theoretical-methodological Interposition between Max weber and the *Annales* School

Abstract: This text aims to retake the conception of History of Sérgio Buarque de Holanda, in order to understand how the author interpreted the process of historical development. Therefore, besides the Buarquean works, we resorted to authors who focused on the life and work of the Brazilian historian, standing out Candido (1995), Dias (1998), Mello (1995), Vainfas (1998), Blaj (1998) and Costa (2007), who gave theoretical substratum to the process of analysis. In general, the article is structured in two moments, being initially debated the concept of History and its theoretical vicissitudes and, after that, the author's conception of History in relation to its context is analyzed. In the analysis, an important theoretical-methodological variation was observed in Sérgio Buarque de Holanda's thought and work, which is based on Max Weber's perspective of historical-social transformation as well as on the expository and interdisciplinary method of the *Annales* School.

Keywords: Conception of History, Sérgio Buarque de Holanda, Historiography.

Introdução

O presente artigo busca tecer considerações sobre um dos autores de maior referência para a história e para a educação brasileira: Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Sérgio

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Licenciado em História pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). (UFPR). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Cascavel).



foi um historiador, professor, jornalista e crítico literário que dedicou boa parte de sua vida almejando compreender não apenas as raízes da sociedade brasileira, mas também lançou mão de um novo prisma historiográfico para pensar questões sobre a História e seu ensino. Neste sentido, seja por meio de obras referenciais, da carreira docente consolidada, de seus vastos estudos acadêmicos ou através dos manuais escolares que produziu no fim da vida, o autor influenciou teoricamente e ajudou a educar historicamente milhares de estudantes e professores brasileiros. Não à toa seus livros didáticos foram usados por décadas em escolas de todo o Brasil, conforme veremos mais à frente.

Diante disso, pretende-se retomar a concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda trazendo à baila um debate teórico sobre seu pensamento e formação intelectual, no qual se objetiva compreender, a partir de seu contexto histórico, quais foram as influências teóricas que recaíram sobre sua forma de enxergar o passado, desvelando-se, então, a sua concepção de transformação histórica e social. Para tanto, além de obras buarqueanas³, recorreu-se a teóricos que estudaram a vida e obra do autor, tais como Antonio Candido (1995)⁴, Maria Odila Leite da Silva Dias (1998), Evaldo Cabral de Mello (1995), Ronaldo Vainfas (1998), Ilana Blaj (1998), Marcos Antonio da Silva Costa (2007) e outros.

Em termos de estrutura metodológica, vale ressaltar que o presente texto está organizado em dois momentos. Inicialmente se debate o conceito de concepção de História e suas variações e acepções teóricas no campo historiográfico e, em seguida, estuda-se a concepção de História buarqueana a partir do diálogo estabelecido com os autores mencionados, na busca por construir reflexões que nos possibilitem melhor compreender seu pensamento em relação ao seu contexto histórico. Um estudo necessário, visto que Sérgio Buarque de Holanda se constitui como um intelectual que há décadas subsidia a construção da consciência e educação histórica⁵ de pesquisadores, professores e alunos. Além disso, a retomada da sua produção intelectual pode nos oferecer pistas para pensar sobre a concepção de História que predominou (e talvez ainda predomine), durante anos, em escolas de todo o

³ Neste artigo, são tomadas como fonte documental de análise as seguintes obras buarqueanas: *Raízes do Brasil*, *Caminhos e Fronteiras* e os manuais didáticos da Coleção Sérgio Buarque de Holanda.

⁴ Além de estudar a vida, a obra e o pensamento buarqueano, Antonio Candido (1918-2017) foi amigo de longa data de Sérgio e da família Buarque de Holanda.

⁵ Parte-se, aqui, da concepção de educação histórica preconizada por Jörn Rüsen, que a compreende a partir da hermenêutica historicista, ou seja, para ele o “professor tem que entender a educação como o historiador tem que entender a história – isto é, hermeneuticamente, como um tipo de texto constituído por forças humanas intencionais e contendo um sentido que pode ser decifrado, revelando as próprias intenções do leitor e as possibilidades de interação entre texto e leitor” (2006, p. 9).



país.

O que é uma Concepção de História? Breves Apontamentos

O que se intenta fazer nesta seção não é encontrar respostas categóricas para a questão proposta, mas, sobretudo, realizar elucubrações que nos permitam entender com mais elementos o(s) conceito(s) e os formatos teóricos que pode tomar uma concepção de História dentro da historiografia. Partimos, assim, do pressuposto de que cada concepção de História é resultante de uma determinada escola histórica⁶, dentre as quais se destacam o Positivismo, o Materialismo Histórico Dialético e a Nova História, com as quais buscamos dialogar brevemente nos próximos parágrafos.

Convém sublinhar que a perspectiva positivista, surgida no século XIX a partir dos estudos de Augusto Comte (1798-1857), baseia-se em métodos de comprovação científica para atestar a veracidade dos fatos históricos. José D'Assunção Barros (2012) aponta que na historiografia esse método foi bastante difundido pela Escola Rankeana, a partir dos estudos de Leopold von Ranke (1795-1886)⁷. Já a perspectiva Materialista Histórica e Dialética traz a ideia de representação da realidade, a qual, para ser compreendida em sua totalidade, deve verificar não só o objeto, mas a relação deste com a produção da existência social e o historiador. Neste caso, o aspecto teórico se inter-relaciona e depende do prático e, sendo assim, está em constante movimento, ao passo que é parcial e compõe, mesmo que implicitamente, interesses sociais divergentes. Essa concepção de História foi inaugurada por Karl Marx (1818-1883), tendo ganhado bastante força entre os historiadores ingleses do século XX, como Christopher Hill (1912-2003), Eric Hobsbawm (1917-2012) e Edward Thompson (1924-1993), os quais desenvolveram estudos pela perspectiva da História Social, Cultural e das Mentalidades.

Mais recente, a Escola dos *Annales* é a corrente pioneira da chamada Nova História, tendo surgido em 1929, na França, em oposição à História Positivista, e, apoiando-se em aportes teóricos de outras áreas do conhecimento, trouxe não só novas fontes, mas também a

⁶ Tomamos emprestado o conceito de escola histórica de José D'Assunção Barros (2012), que a define como um espaço de compartilhamento de ideias, temas e programas de membros de um determinado grupo social. No caso específico da História, o autor pontua que as escolas históricas referem-se, efetivamente, a modalidades específicas incluídas em seu campo do saber as quais detêm valores, escolhas, metodologias e afinidades comuns, de modo a oferecer elementos identitários para seus participantes. Dentre as principais escolas, destacam-se a História Política, a História Econômica, a História Cultural, a História das Ideias e a História Quantitativa.



interdisciplinaridade à ciência histórica. Em sua primeira geração, seus principais expoentes são os historiadores franceses Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944), tendo o movimento recebido transformações importantes no decorrer do século XX (BARROS, 2012). Nas gerações seguintes, ganham destaque nos *Annales* os nomes de Fernand Braudel (1902-1985) e Jacques Le Goff (1924-2014), autores que imprimiram novos métodos e abordagens aos estudos históricos, a exemplo do conceito braudeliano de tempo (curta, média e longa duração)⁸ e do aporte da História Cultural, devido a Le Goff⁹.

Entretanto, apesar de as correntes históricas apontarem determinadas perspectivas de desenvolvimento histórico e estabelecerem relações e cortes epistemológicos nas suas análises, não é fácil distinguir e localizar os historiadores nas diferentes tendências. Em face dessa complexidade, recorreremos a Eric Hobsbawm para compreender, de forma mais substancial, a História e suas concepções e perspectivas teóricas. Segundo o autor, para entender a História – em sua definição, ciência que condensa as transformações sociais no tempo – é necessário lançar mão do que ele chama de “estruturas analíticas” para ler e interpretar os acontecimentos pretéritos. Neste sentido, assegura que ao se servir do processo de análise histórica, deve ocorrer um afastamento, por parte do historiador, das interpretações e previsões sobre o passado meramente baseadas no senso comum. Só assim é possível conhecer os “padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e [...] das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudança radicalmente aceleradas e abrangentes. [...] **é isso que é diretamente relevante para a sociedade contemporânea e suas perspectivas**” (HOBSBAWM, 2013, p. 39, grifos nossos).

Ainda de acordo com o historiador inglês, uma concepção de História deve se pautar “no único elemento observável e objetivo de mudança direcional nos assuntos humanos, independentemente de nossos desejos subjetivos ou contemporâneos e juízos de valor” (2013, p. 39); ou seja, é preciso levar em consideração, durante o processo de leitura e interpretação da História, “a capacidade persistente e crescente da espécie humana de controlar as forças de natureza por meio do trabalho manual e mental, da tecnologia e da organização da produção”

⁷ Leopold von Ranke foi um historiador alemão, considerado o precursor da chamada História Científica. Consolidou o uso de fontes primárias enquanto método de investigação histórica e deu ênfase à busca pela reconstituição real do passado.

⁸ Ver estudo de Alessandra Soares Santos (2011), intitulado O tempo e a história em torno de Fernand Braudel.

⁹ Sobre isso, consultar artigo de José D’Assunção Barros (2005): História cultural e história das ideias: diálogos historiográficos.



(2013, p. 39). Da mesma forma, é necessário considerar a exposição do processo real de produção

[...] começando da produção material da vida em si mesma – e abrangendo a forma de relações associadas com e criadas por esse modo de produção, isto é, a sociedade civil em suas várias etapas, enquanto base de toda história; descrevendo-a em sua ação enquanto Estado, e também explicando como todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moralidade etc. etc., dela derivam, e acompanhando o processo de sua formação a partir dessa base; dessa forma, a coisa toda pode, é claro, ser descrita em sua totalidade (e conseqüentemente, também, a ação recíproca desses vários aspectos entre si) (HOBSBAWM, 2013, p. 172-173).

Nesse interesse, vale sublinhar que na concepção materialista de História defendida por Eric Hobsbawm, os fatos ocorridos no plano da infraestrutura influenciam a produção da vida material e imaterial, que, por sua vez, é permeada de contradições nas relações sociais, de produção e de consumo. Assim, do modo de produzir a vida decorre a formação das crenças, dos hábitos e dos costumes, isto é, da(s) cultura(s) humana(s), podendo ser (ou não) revestida(s) de consciência crítica. Nessa mesma direção, José D’Assunção Barros comenta que:

Para a Escola Inglesa do materialismo histórico, a redefinição de conceitos como o de classe social, a crítica ao determinismo linear, assim como a atenção temática às instâncias culturais entre outros aspectos, constituem itens programáticos que orientam a linha de ação dessa escola, assim como foram itens programáticos importantes para os Annales a interdisciplinaridade e a crítica à história política tradicional. (BARROS, 2012, p. 110).

Da mesma maneira pondera Luís Fernando Cerri, o qual indica que, ao fornecer subsídios, de modo mais concreto e fundamentado, para compreender as mudanças e permanências históricas, uma concepção historiográfica pode ser tomada enquanto:

[...] uma vertente teórica e metodológica de um corpo formalizado de estudos – a História – e, portanto, um fenômeno disciplinar. A concepção historiográfica se identifica, então, como um fenômeno inerente a uma forma específica de conhecimento, quer o chamemos de ciência, disciplina, arte, saber. O fato é que se trata de uma forma de conhecimento institucionalizada e profissionalizada (ainda que no Brasil não esteja ainda regulamentada a profissão de historiador), originada na Europa do século XIX e daí difundida a quase todo o mundo (CERRI, 2009, p. 149).

Portanto, com base em Hobsbawm (2013), Barros (2012) e Cerri (2009), temos que uma concepção historiográfica pode ganhar diferentes matizes teórico-metodológicos, assim como funções e usos distintos que se relacionam entre si no movimento histórico. Diante disso, ressalta-se que compreender as origens e variações teóricas da História enquanto ciência denota um passo fundamental para estudar o pensamento e a concepção de transformação social de Sérgio Buarque de Holanda, tarefa que procuramos cumprir nos próximos parágrafos. Contudo, salientamos também que não poderíamos nem daríamos conta



de percorrer a fundo a historiografia que trata da epistemologia do conhecimento histórico em um único artigo. Por esta razão, limitar-nos-emos aos apontamentos e comentários já tecidos acerca das escolas históricas e enfocaremos daqui em diante, ainda que preliminarmente, as nuances teóricas e a complexidade presentes na trajetória biográfica buarqueana.

Um Intelectual Multifacetado: Retomando a Concepção de História de Sérgio Buarque De Holanda

De antemão, é mister pontuar que a obra de Sérgio Buarque, especialmente a partir dos anos 1930, é bastante profícua do ponto de vista teórico e metodológico, uma vez que seus contornos vão da análise histórico-sociológica de Max Weber (1864-1920)¹⁰ às transformações e inovações metodológicas preconizadas pela Escola dos *Annales*, tendo ele incorporado dessas vertentes não só os aspectos próprios da ciência histórica, mas também os que dizem respeito às perspectivas de ensino da disciplina.

Nesse sentido, cabe destacar que na Coleção Sérgio Buarque de Holanda – uma importante produção didática de Sérgio Buarque¹¹ e fonte de análise deste estudo – são vistos, de um lado, aspectos teóricos que dialogam com a perspectiva histórica weberiana e, de outro, características metodológicas dos *Annales* (sobretudo de Marc Bloch). Exemplo disso é a maneira com a qual o autor narra a História, em geral pelos fatos políticos e enfatizando os avanços capitaneados pelos europeus, como os grandes inventos, as tecnologias e a unidade nacional – elementos flagrantemente em Weber –, porém sem deixar de lado a multiplicidade de sujeitos e documentos históricos e também o aspecto interdisciplinar – elementos apregoados pelos *Annales*. Desta forma, ele interpõe a interdisciplinaridade dos *Annales* ao método comparativo de Weber, o que certamente eleva, em alguma medida, o nível de complexidade de sua concepção de História e de educação histórica.

Buscando, então, entender o modo buarqueano de interpretar e narrar sobre o passado, lancemos mão, inicialmente, de uma de suas obras de maior destaque – *Raízes do Brasil* (1936) –, talvez a publicação mais indicada para a compreensão dos aspectos políticos e sociais da história do Brasil, como ainda para analisar o pensamento do autor. Dias (1998) comenta que para escrever o livro, Buarque de Holanda bebeu da fonte de teóricos que estavam em evidência na Europa no fim da década de 1920, quando o autor por lá esteve,

¹⁰ Segundo Cardoso (1983, p. 465), Max Weber apoia-se em uma análise sociológica que está “voltada para a interpretação da ‘ação social’”.



tendo podido

[...] usufruir da leitura, por exemplo, dos artigos de Krakauer nos jornais de Frankfurt e de Berlim. Ou dos escritos de Theodor Adorno e Walter Benjamin, cuja interpretação do processo social aderiria aos microcosmos, aos eventos imperceptíveis, às unidades de sentido provisórias, que procuravam captar no seu vir a ser no tempo, desvinculadas do enquadramento prefixado em etapas cronológicas, seja as que pudessem levar o historiador a um exagerado fascínio pelo conceito, que considerava falacioso do ‘espírito de uma época’ ou a deixar-se fixar no estudo de supostas ‘etapas de consolidação do Estado nacional’ (DIAS, 1998, p. 18, aspas originais).

Na mesma perspectiva, Candido (1995, p. 13) aponta que Sérgio Buarque compõe essa obra sobretudo a partir de Weber, “na medida em que focaliza pares, não pluralidades de tipos, o que lhe permite deixar de lado o modo descritivo, para tratá-los de maneira dinâmica, ressaltando principalmente a sua interação no processo histórico”, inaugurando no Brasil o uso dos conceitos weberianos de patrimonialismo e burocracia, bastante empregados em *Raízes*. Da mesma forma, Mello (1995) afirma que, em sua passagem por Berlim, Holanda

[...] travava conhecimento com a sociologia alemã da época. Quem diz sociologia alemã da época diz também epistemologia histórica, pois desde Dilthey e Rickert, os problemas do conhecimento histórico encontravam-se no centro mesmo da reflexão sobre as ciências que hoje chamamos humanas, mas que então ainda se designavam por ciências do espírito [...] Assim é que a vocação da sociologia alemã para repensar as questões do conhecimento histórico são flagrantes em Max Weber ou em Georg Simmel, que as colocaram na vanguarda de suas preocupações teóricas. É significativo que, ao regressar ao Brasil em 1930, Sérgio Buarque trouxesse na mala as notas para o que deveria constituir uma ‘Teoria da América’, parte das quais seriam aproveitadas na redação de **Raízes do Brasil**. O projeto não foi adiante, mas não seria excessivo supor que se trataria de uma leitura weberiana de sociologia comparativa dos processos de colonização nas Américas portuguesa, espanhola e inglesa (MELLO p. 189-190, grifo do autor).

Para Costa (2007), ao fazer o uso dos conceitos devidos a Weber, Buarque de Holanda nos auxilia a compreender a nossa própria “modernização conservadora”, tornando possível, portanto, ler a história do Brasil a partir de uma ótica mais comparativa e racional, caracterizando uma ruptura com a História Tradicional/Positivista. Neste aspecto, o método comparativo weberiano¹² permitiu ao historiador paulista trabalhar com elementos pares (trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo), possibilitando interpretar tanto a estrutura sociopolítica do país quanto o povo brasileiro em sua subjetividade histórica (CANDIDO, 1995).

¹¹ A Coleção Sérgio Buarque de Hollanda, produzida entre 1960 e 1970, em parceria com outros professores da Universidade de São Paulo (USP), é composta por três livros didáticos de História (dois de História do Brasil e um de História Geral), além de um caderno de trabalhos práticos e um livro do professor para cada título.

¹² Esse método compara fatos históricos a partir de sua singularidade e diversidade, tornando possível “identificar dentro da diversidade histórica, determinados padrões invariantes, cada um deles podendo ser associado a uma trajetória histórica específica” (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p. 30).



Assim, pode-se observar a presença do método comparativo weberiano logo no primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, no qual o autor procura demonstrar as diferenças existentes entre os países latino-americanos colonizados pela Espanha em comparação com os colonizados por Portugal. Da mesma maneira, no livro *Do Império à República* (1972), há também a presença dessa análise histórico-social à luz de Weber:

[...] contradições [...] entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta de autêntica democracia; finalmente entre uma carta outorgada, de cunho acentuadamente monárquico, e uma constituição não escrita, que pende para o parlamentarismo (HOLANDA, 1972 apud DIAS, 1998, p. 28).

E, paralelamente ao cabedal weberiano, está presente também a influência dos *Annales*, sobretudo de Bloch, conforme comentamos. Neste caso, Holanda procurou enaltecer a pluralidade de sujeitos históricos e não apenas os “grandes personagens” estudados pela História Tradicional. Sobre este aspecto, trazemos à baila as considerações de Vainfas (1998), Blaj (1998), Costa (2007), Zanin (2017) e Carvalho (2018), os quais constatam, em menor ou maior grau, uma forte influência da Nova História Francesa na obra buarqueana.

Principalmente em *Monções*, *Visão do Paraíso e Caminhos e Fronteiras*, livros publicados nos anos 1950, Sérgio Buarque já demonstra uma tendência que dialoga com a História Cultural¹³, uma vez que se utiliza de relatos orais, narrativas e depoimentos de viajantes e navegadores enquanto fonte histórica para suas análises. Nas palavras de Costa (2007, p. 32), Sérgio Buarque de Holanda é, “além de historiador da cultura material, historiador das mentalidades e da cultura”.

Olhando especificamente para *Caminhos e Fronteiras* (1957), percebe-se uma abordagem a partir da pluralidade de sujeitos históricos. Na obra, são descritos detalhadamente os eventos cotidianos desses sujeitos (em geral, indígenas, portugueses e mamelucos), fazendo-se nítida a importância deles na formação da cultura brasileira, principalmente na cultura paulista, haja vista que é a partir da incorporação de técnicas de caça indígenas que os bandeirantes conseguem sobreviver na selva e empreender as suas conquistas no decorrer dos séculos XVII e XVIII. A saber:

Ainda aqui, bem apurado, é um aspecto da influência indígena que insiste em sobreviver em terra onde foram assíduas a comunicação e a mestiçagem como o

¹³ Anterior a Sérgio Buarque de Holanda, alguns teóricos já se mostravam preocupados com a formação cultural brasileira, tais como Capistrano de Abreu (1853-1927), Fernando de Azevedo (1894-1974), Gilberto Freyre (1900-1987), dentre outros. Entretanto, Holanda amplia a discussão para vários aspectos do cotidiano e denota maior preocupação com o método.



gentio. Influência que viria animar, senão tornar possíveis, as grandes empresas bandeirantes. Sabemos como era manifesta nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada. Em seu caso ela não representa um traço negativo e que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação. [...] Deve-se admitir que nessas épocas iniciais a compreensão justa das realidades, as maiores possibilidades de determinar e criar o futuro [...] não estavam nos costumes naturalmente mais policiados e sem dúvida mais suaves, que seriam implantados no litoral, e nem mesmo na indignação piedosa do jesuíta contra os escravizadores de índios [...] estavam certamente nessa incorporação necessária de numerosos traços da vida do gentio (HOLANDA, 1994, p. 21-22).

Carvalho (2018) também observou, em sua análise, a existência de influências tanto de teóricos alemães quanto de historiadores franceses na obra buarqueana, assim como um alto grau de complexidade ao tentar elucidar o pensamento do autor:

No caso de Buarque de Holanda, apesar da referência privilegiada [...] ao historicismo e à historicidade da história, trata-se de uma inscrição complexa, criativa, que mistura o melhor das tradições da escola histórica alemã e dos *Annales*, sobretudo da dita primeira geração. Assim, o autor confere maior dinâmica no tempo presente como verdadeiro manancial de sentido da história, de onde parte o problema e para onde retorna o historiador em uma dialógica compreensiva entre os tempos. (CARVALHO, 2018, p. 313).

Concordando com Carvalho, Caio Zanin afirma que Holanda, de fato, bebe da fonte da historiografia francesa na década de 1950, estando na vanguarda da Nova História Brasileira, “sobretudo a partir de Marc Bloch, cuja obra era bem conhecida pelo historiador paulista” (ZANIN, 2017, p. 17). Na mesma direção, Vainfas (1998, p. 50) admite ser uma tarefa difícil enquadrar Sérgio Buarque de Holanda em uma única escola histórica, contudo destaca, cuidadosamente, que ele pode ser tomado como um historiador das representações mentais¹⁴: “Não resta dúvida de que se poderia inserir, numa associação livre e superficial, o nosso Sérgio Buarque nessa voga das mentalidades, [...] sobretudo quando elegemos como referência o seu magnífico livro de 1959: *Visão do Paraíso*”. Ele também considera Marc Bloch uma possível influência na obra buarqueana, porém atesta que o historiador francês nunca foi citado por Holanda. Ainda segundo Vainfas, Holanda não parte, em obra alguma, da perspectiva marxista, apesar de não se opor sistematicamente a ela. Ao tomar como exemplo *Visão do Paraíso*, acrescenta:

Visão do Paraíso não era, nem pretendia ser, na verdade, um livro de inspiração marxista, embora não fosse antimarxista. Estava na contramão da história do Brasil em 1958, quando veio à luz, e talvez mais ainda em 1969. Ficou, por isso mesmo,

¹⁴ Vainfas (1998): este campo da História abarca, dentre outros aspectos, os fenômenos religiosos, os códigos de comportamento e os sentimentos coletivos, sobretudo, os que podem ser classificados como fenômenos de longa duração.



num relativo ostracismo por vários anos. Muito respeitado, mas pouco lido, pouco citado, pouco estudado. Tendo de aguardar o final dos anos 70, e sobretudo a década de 1980, para assumir, de fato, a importância extraordinária que possui por vocação em nossa historiografia (VAINFAS, 1998, p. 56-57).

No livro *Do Império à República*, também é perceptível a contraposição de Sérgio Buarque ao Materialismo Histórico Dialético. Na perspectiva buarqueana, o Brasil possui particularidades históricas que o distanciam, em alguma medida, da história europeia, uma vez que na história brasileira há outra forma de exploração econômica – a escravização de indígenas e negros –, não sendo possível, desta maneira, compreendê-la por vias marxistas: “Não se podia esperar coisa diversa em terra onde, a rigor, também **não havia proletários**, mas trabalhadores capturados e compulsoriamente empregados em atividades julgadas menos dignas de homens livres” (HOLANDA, 1972 apud DIAS, 1998, p. 19, grifo nosso).

A historiadora Ilana Blaj compartilha do mesmo olhar de Vainfas (1998), Costa (2007), Zanin (2017) e Carvalho (2018), corroborando que a concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda é de viés cultural e dialoga intimamente com a cultura material, na medida em que esse campo historiográfico está permeado de elementos do cotidiano, constituindo:

[...] a base para a reconstrução do passado histórico. Ao enfatizar o habitual, o repetido, o miúdo, as permanências, não se cristaliza uma história imóvel [...]. O cotidiano não significa apenas a rotina, a permanência. Ele contém em si a ideia do movimento e da mudança, pois é no cotidiano que se inventam e se reinventam as experiências. São as múltiplas temporalidades, o que rompe com a linearidade; são os múltiplos sujeitos com suas identidades igualmente múltiplas; é o jogo constante da produção e reprodução (BLAJ, 1998, p. 30).

Para Blaj (1998), Sérgio Buarque faz fluir os elementos próprios da cultura material, deixando-os falar por si e desvelando as diversas dimensões históricas do real, do social e do cotidiano. Ainda que o classifique como um historiador da cultura material, a autora adverte que há realmente uma variação teórico-metodológica importante em sua obra, ressaltando que ele escreve *Monções* a partir da cultura material e *Caminhos e Fronteiras à luz da História das Mentalidades*.

Sob a mesma ótica, Sanchez (2007) considera Holanda um intelectual independente, que aborda, por um lado, questões eminentemente acadêmicas e, por outro, engaja-se às determinações políticas e sociais de sua época. Sanchez (2007) afirma ainda que a obra buarqueana não possui nenhum tipo de engessamento teórico e/ou metodológico, dada a sua versatilidade historiográfica. Da mesma forma, Costa Filho (2015) argumenta que:

Sérgio Buarque é um marco na historiografia brasileira, porque rompe com a tradição das análises sociais esteadas sob o critério naturalista, na época considerada como critério inquestionável. Sua concepção historiográfica, contrariando o método



positivista, com toda a rigidez das leis e fases históricas considera o contexto histórico como fundamental (COSTA FILHO, 2015, p. 7).

Com efeito, a historicidade do pensamento de Sérgio Buarque possibilita uma interpretação histórica bastante consistente, contribuindo, sobretudo, para compreender as especificidades da história do Brasil, área a qual o autor se dedicou no decorrer de sua vida. Assim, estudar “o desenvolvimento do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda no tempo [...] pode revelar de modo mais claro o seu pensamento na interpretação do Brasil” (NICODEMO, 2014, p. 58). No entanto, é válido sublinhar que tal como ponderam Costa (2007), Vainfas (1998) e Blaj (1998), não é fácil tentar enquadrar a concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda em apenas uma escola histórica, pois, como vimos, trata-se de um autor profícuo teoricamente, cujo pensamento passeia ora pela Escola dos *Annales* ora pela historiografia e sociologia alemã do século XIX, especialmente a weberiana.

Ademais, não se pode negligenciar que o autor esteve submerso em um contexto de forte repressão e censura política: a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). É, contudo, sob essas condições históricas e sociais que Sérgio intensifica sua produção acadêmica e, ao mesmo tempo, assume uma postura de maior militância política¹⁵, tornando-se vice-presidente do Centro Brasil Democrático (CBD), em 1977, e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 (COSTA, 2007).

É importante sinalizar que apesar de todo o cenário assombroso que se apresentava durante a ditadura, principalmente em relação à promulgação dos Atos Institucionais – instrumento de repressão imposto pelos generais que ocupavam a presidência da República para blindar seu governo, ampliar seus poderes e cercear as liberdades civis e individuais –, Sérgio Buarque não sofreu grandes prejuízos enquanto escritor/professor nesse período, porém vivenciou de perto o endurecimento do regime ditatorial entre o fim da década de 1960 e começo dos anos 1970. Cabe salientar que nesse momento o autor realizou trabalhos relevantes, tais como conferências nacionais e internacionais, coordenação de projetos acadêmicos e publicação de livros.

¹⁵ Por conta dessa postura mais ativa em relação ao contexto de ditadura, Sérgio Buarque de Holanda foi fichado e investigado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em várias ocasiões, sobretudo em fins da década de 1970. Conforme consta nos documentos oficiais do governo militar, hoje disponíveis no site do Arquivo Nacional, Holanda foi acusado, juntamente com outros intelectuais do período, de “envolvimentos em atividades ou com entidades subversivas [...] de antecedentes que os identificam com as teses comunistas e aos movimentos subversivos [e] desenvolverá um atuante e penetrante trabalho de propaganda adversa, [...] sendo possível que em pouco tempo, com o apoio da chamada imprensa alternativa e de alguns órgãos da imprensa dita normal, essa organização se transforme num polo ‘legal’ de divulgação, em âmbito nacional, de ideias e concepções esquerdistas e contestatórias em relação ao regime vigente”.



Dentre as obras produzidas durante a ditadura brasileira, destacam-se História Geral da Civilização Brasileira, Cobra de Vidro, a Coleção Sérgio Buarque de Holanda e Do Império à República, esta última considerada “uma das maiores contribuições de Sérgio Buarque de Holanda ao entendimento do regime militar por meio da análise que o livro oferece da mentalidade dos militares em relação a sua posição social” (COSTA, 2007, p. 148).

Outro exemplo da maneira como Sérgio Buarque interpretava a História são os livros didáticos da Coleção Sérgio Buarque de Holanda, publicados em meados dos anos 1970, época de recrudescimento da censura e da perseguição político-ideológica no país. Em se tratando da Educação, houve, nesse período, o fortalecimento da atividade dos censores e do controle do Estado, que sob o lema de “desenvolvimento da nação”, passou a orientar ideologicamente a nação e perseguir todo o tipo de agremiação ou associação partidária que, porventura, se opusesse à política vigente. Muitos professores e estudantes foram perseguidos, presos, torturados e mortos.

Desafortunadamente, esse panorama se refletiu diretamente no ensino de História (e demais Ciências Humanas), eixo do qual fazia parte a Coleção Sérgio Buarque de Holanda. Sobre esse aspecto, José Willington Germano pontua que o interesse maior naquele contexto era o desenvolvimento de uma Educação de caráter instrumental e tecnicista, de baixo teor crítico e orientada estritamente para o mercado de trabalho. Foi promulgada, então, a Lei 5.692/71¹⁶, que reformou o Ensino de Primeiro e Segundo Grau, havendo também a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante, implantado como forma de “preparação de mão de obra para o mercado, ou seja, trata-se de um adestramento, minimizando a capacidade de pensar, pois não havia lugar para a cultura humanística e para a cidadania” (GERMANO, 2008, p. 328).

Do mesmo modo, fora criada também, através do decreto de lei 869/1969, a disciplina *de Educação Moral e Cívica*, que vigeu em todos os níveis de ensino. Sua implantação

¹⁶ Lei que alterou a estruturação da educação escolar e superior no Brasil. Anterior à sua promulgação, o até então Ensino Primário abarcava as quatro primeiras séries e o Ensino Secundário dispunha das modalidades ginásial e colegial. A partir da Lei 5.692/1971, ocorre a incorporação das quatro primeiras séries do Ensino Secundário ao Ensino Primário, originando o Ensino de Primeiro Grau, e a modalidade colegial deu origem ao Ensino de Segundo Grau, estrutura que se manteve até o fim do século XX. Na concepção de Dermeval Saviani (1982), essa lei fez com que a Educação brasileira assumisse um caráter puramente tecnicista, diluindo, desde então, a capacidade reflexiva do aluno. Em lugar da crítica e da capacidade de reflexão, passou-se a enfatizar, no chão da escola, o desenvolvimento de habilidades técnicas simplistas e reprodutivistas. Concordando com Saviani (1982), Silva e Fonseca (2010, p. 25, aspas dos autores) advertem que “Os currículos prescritos pelas Secretarias Estaduais e Municipais de diversas regiões do Brasil, a partir da década de 1970, pós-Lei 5.692/1971, contribuíram de forma marcante para a diluição dos objetos de ensino de História e Geografia, com forte



recebeu apoio/força de setores sociais importantes, como a Igreja Católica. Para Germano (2008), o objetivo dessa disciplina era um só: imprimir nos estudantes “valores” caros ao governo ditatorial, como devoção à pátria, obediência e submissão às leis e respeito à ordem e às instituições.

Nessa mesma direção, Piazza e Priori nos lembram ainda da implementação, no mesmo período, da disciplina de Estudos Sociais – uma tentativa do governo de mitigar o nível de criticidade das aulas, que era atribuído, em grande medida, às disciplinas de História e Geografia. Em paralelo, tencionava-se “despertar o civismo nos educandos, uma vez que seus conteúdos dariam prioridade principalmente aos ‘fatos históricos e heróis’ brasileiros” (PLAZZA; PRIORI, s/d., p. 10, aspas dos autores).

Assim, frente a esse contexto aterrador e visando superar o crivo dos censores, Sérgio e os demais coautores da Coleção percorreram alguns caminhos alternativos, adotando táticas fundamentais para driblar a censura. Uma das mais notáveis foi o mecanismo criado para fazer a defesa da democracia e dos direitos humanos, fortemente ameaçados pela ditadura em curso. Para tanto, Sérgio Buarque e os coautores optaram por abordar de modo mais superficial os ideais democráticos nos livros de História do Brasil e, em contrapartida, valeram-se de recursos de diagramação (quadros, tabelas e textos complementares) para inserir elementos de contestação à ditadura no livro de História Geral.

Partindo para a análise dos livros didáticos da Coleção Sérgio Buarque de Hollanda, observou-se a predominância de alguns termos e conceitos, que, em certa medida, demonstram a maneira pela qual o autor pensava e narrava a História. Nos dois livros de História do Brasil, são recorrentemente empregados os seguintes termos: hábitos, costumes, cultura, descoberta, conquista, desenvolvimento, educação, ensino, ciência, poder, liberdade e política. Por outro lado, os termos exploração, trabalho e avanço/progresso (no sentido econômico)¹⁷ aparecem bem menos na soma dos materiais (Quadro 1).

tempero de moral e civismo ditatoriais na fusão ‘Estudos Sociais’ apresentado nos livros didáticos”.

¹⁷ Os termos progresso e avanço, quando empregados nos manuais didáticos, referem-se, majoritariamente, ao desenvolvimento político e cultural da sociedade e não ao desenvolvimento estritamente econômico, defendido pelos positivistas. Normalmente vêm acompanhados das palavras “material” ou “cultural”, compondo o conceito



Quadro 1: Termos e conceitos que mais aparecem em História do Brasil (volumes I e II)

Termos/conceitos observados nos livros	Quantidade que cada termo/conceito aparece na soma dos materiais
Avanço/Avançado/Adiantado	14
Conquista	26
Cultura/Cultural	43
Descoberta(s)/Invento(s)	37
Desenvolvimento/Desenvolver/Desenvolvido	87
Educação/Ensino/Ciência	33
Expansão	20
Exploração	17
Hábitos/Costumes	24
Liberdade/Livre	11
Poder	10
Política	27
Progresso/Progredir	46
Trabalho	25
Transformação/Modificação	22

Fonte: Elaboração dos Autores (2020)

Os termos/conceitos mencionados geralmente são apresentados de modo comparativo entre suas diferenças e relacionados ao contexto e ao comando político que lhes dão base, bem como cada um deles é narrado tendo como recurso um conjunto de múltiplas imagens. No geral, eles apontam para uma concepção de História mais aliada ao fortalecimento estatal de caráter democrático, encabeçado pela ciência e pela cultura (aspecto devido a Weber), e menos afeito a um desenvolvimento puramente econômico (de viés positivista) e, tampouco, são explicitadas quaisquer características de uma análise social pela ótica da exploração do trabalho e/ou luta de classes (interpretação marxista), o que endossa a tese de Ronaldo Vainfas (1998) de que Buarque de Holanda não se localiza nem como um historiador positivista, nem como um marxista.

Dessa forma, o aparato conceitual das obras buarqueanas indica uma preocupação em defender a democracia e explicita uma leitura histórica, principalmente no que se refere à necessidade de o país superar sua condição de atraso e de repressão política. Sobre isto, importa mencionar a análise do autor a respeito da democracia brasileira, considerada por ele um “lamentável mal-entendido” engendrado pelos aristocratas rurais para bem acomodar seus interesses pessoais, colocando-os à frente dos interesses coletivos.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar a situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos

de avanço cultural e/ou progresso material/urbano.



livros e discursos. (HOLANDA, 1995, p. 160, grifos nossos).

Para além da posição contestatória do autor em relação aos governos autoritários, na historiografia buarqueana existe um ideal de democracia e de superação do chamado atraso político brasileiro, conforme assinala Antonio Candido (1995). Como já apontamos, tal ideal parece se constituir por meio do avanço/desenvolvimento da ciência, da política e da cultura – elementos emprestados de Weber e bastante presentes nas obras de Holanda desde *Raízes do Brasil* (1936). Neste aspecto, a racionalidade e a legalidade política eram entendidas por Sérgio Buarque de Holanda como fatores possíveis de elevar a cultura política, a riqueza produtiva e, portanto, dar condições de desenvolvimento material e social ao Brasil. Ao mesmo tempo, transparece-se o caráter metodológico dos *Annales*, isto é, a preocupação do autor com os aspectos culturais e cotidianos da História, uma narrativa permeada de sujeitos históricos múltiplos, o trabalho com um *corpus* documental ampliado e o diálogo estabelecido com outras disciplinas (a interdisciplinaridade), ganhando destaque maior a Arte, a Literatura, a Geografia e a Sociologia.

Considerações Finais

Nos limites deste artigo, buscou-se estudar a concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda – historiador e professor brasileiro que ao longo de sua vida contribuiu para a compreensão das origens históricas, políticas e socioculturais do Brasil e também ajudou a educar e conscientizar historicamente muitos professores e estudantes brasileiros. Neste sentido, reavivar a formação intelectual do autor e o seu contexto histórico – permeado de censura e opressão política – fornece-nos elementos para pensar também o contexto atual, uma vez que ambos os períodos guardam similitudes quanto à emergência de pensamentos extremistas e excludentes, negação da Ciência e perseguição política desmedida à Educação.

Destarte, o que procuramos evidenciar com o debate teórico aqui ensejado foram questões caras à concepção de História do autor, tais como sua forma de ler, pensar, interpretar e escrever sobre a história. Para tanto, partimos de reflexões a respeito das diferentes concepções historiográficas existentes para chegar à compreensão do pensamento buarqueano. Neste interesse, ao dialogar com Hobsbawm (2013), Barros (2012) e Cerri (2009), consideramos uma concepção de História um desdobramento de uma determinada escola historiográfica, seja o positivismo, o materialismo ou os *Annales*.

Assim, intentou-se explicitar neste texto, sobretudo a partir dos estudos de Candido (1995), Mello (1995), Vainfas (1998) e Blaj (1998), de quais escolas históricas é proveniente o pensamento, a formação intelectual e o modo de interpretar as transformações histórico-



sociais de Sérgio Buarque de Holanda. Observamos, outrossim, que a concepção de História do autor não pode ser enquadrada em modelos engessados e/ou estanques, na medida em que resulta de uma produção vasta e profícua, dada a versatilidade e complexidade de sua obra. Vale lembrar que Buarque de Holanda inaugurou no Brasil uma nova maneira de interpretar a História, rompendo com os padrões vigentes em seu tempo, os quais giravam em torno ou da História Positivista ou da História Marxista, conforme a ponderação de Ronaldo Vainfas.

Em matéria de classificação teórica, constatamos que Holanda interpõe o aparato teórico comparativo weberiano com a forma expositiva e interdisciplinar dos *Annales*. Suas narrativas enfatizam tanto os fatos políticos, culturais e econômicos protagonizados pelos europeus quanto os múltiplos sujeitos e documentos históricos em um diálogo interdisciplinar com outras ciências.

Também foi um teórico que buscou traduzir sua concepção de História para o ensino, transpondo para o material didático um conjunto de discussões que pudesse formar os jovens brasileiros em uma perspectiva política racional, de superação das mazelas sociais e do “atraso político” por meio do desenvolvimento de uma sociedade democrática e por intermédio do avanço da ciência moderna. Neste caso, ao estudar a Coleção Sérgio Buarque de Hollanda e outras obras do autor, percebeu-se que ele pensava a História sob a ótica da racionalidade política, a partir do aporte teórico de Max Weber, ao mesmo tempo que ao selecionar fontes para seus estudos, apoiava-se no método da Escola dos *Annales*, sobretudo em sua primeira geração teórica.

Analisar a concepção de História de Sérgio Buarque de Holanda significa, portanto, não somente revisitar o autor e a sua maneira de compor textos, mas também conjecturar sobre a sua perspectiva teórica e política em seu contexto histórico. Ademais, a retomada de sua obra permite refletir sobre o seu lugar de fala em um momento de censura e perseguição política. Por fim, é importante dizer que as considerações tecidas aqui estão longe de esgotar as possibilidades de novos estudos. Pelo contrário, jogam luz na temática em questão e abrem caminho para outros olhares lançados sobre a vida, a obra e o pensamento buarqueano, sobretudo para aqueles que desejarem se debruçar acerca da localização do autor no âmbito teórico e historiográfico, assim como sobre as suas contribuições para o campo educacional.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): Fundos/Coleções – Pesquisa Simples**. Rio de Janeiro, 15 out. 2019. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=S%C3%A9rgio%20Buarque%20de%20Holanda&v_fundo_colecao=. Acesso em: 15 out. 2019.



- BARROS, José D'Assunção. História cultural e história das ideias: diálogos historiográficos. **Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 21, p. 259-286, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/3353>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BARROS, José D'Assunção. O que é uma “escola” na historiografia? – um paralelo com a Filosofia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 98-115, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p98/4188>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: CANDIDO, Antonio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 29-48.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-21.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. Em torno da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 70, p. 306-340, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n70/2316-901X-rieb-70-00306.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- CERRI, Luís Fernando. Ensino de história e concepções historiográficas. **Espaço Plural**, n. 20, p. 149-154, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/viewFile/2467/1865>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- COSTA FILHO, Cicero João da. Leituras brasileiras: um encontro entre Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda a partir de Retrato do Brasil e Raízes do Brasil. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anpuh, 2015. p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439839054_ARQUIVO_ComunicacaoAnpuh2015.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.
- COSTA, Marcos Antonio Silva. **Biografia histórica**: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980. 2007. 225 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antonio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11-28.
- GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a03v2876.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* **História da civilização**. Curso Moderno. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.



- HOLLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* **História do Brasil**: da independência aos nossos dias. Curso Moderno. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971b.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* **História do Brasil**: das origens à independência. Curso Moderno. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971a.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Posfácio. *In*: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 189-193.
- NICODEMO, Thiago Lima. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 44-61, abr. 2014. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/653/448>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. O ensino de história durante a ditadura militar. **Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/SEED/UEM**, p. 1-20, [s.d.]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 07-16, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/279/285>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- SANCHES, Rodrigo Ruiz. **Sérgio Buarque de Holanda**: a trajetória de um intelectual independente. 2007. 155 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106253>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- SANTOS, Alessandra Soares. O tempo e a história em torno de Fernand Braudel. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 305-311, nov./dez. 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-sergio-schmitt-claudia-job-o-uso-do-metodo-comparativo-nas-ciencias-sociais-cadernos-de-sociologia-porto-alegre-v-9-p-49-87-1998>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 46, p. 13-33, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. *In*: CANDIDO, Antonio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 49-57.
- ZANIN, Caio. **A evidência histórica na prática historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda em Visão do Paraíso**. 2017. 153 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168995>. Acesso em: 25 jul. 2019.